



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

Of. N° 0491/2024 – DEPJD

Brasília, 12 de junho de 2024.

À Excelentíssima Senhora

Deputada **Coronel Fernanda**

Coordenadora da Comissão Externa da Câmara dos Deputados para acompanhar investigação da crise humanitária dos Yanomami

Câmara dos Deputados

Brasília/DF

Assunto: Comissão Externa para acompanhar a investigação da crise humanitária dos Yanomami.

Senhor Coordenadora,

O Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara, criado em 1991 e formado por deputados do PT atua nas questões agrária, agricultura familiar e camponesa, direito a alimentação saudável e a defesa das causas dos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais. Conta como parceiros entidades do Campo Unitário, e tem sido o articulador de demandas desse grupo junto ao Congresso Nacional.

Assim, vimos expressar nosso questionamento quanto aos trabalhos da Comissão Externa, criada para acompanhar a investigação da crise humanitária dos Yanomami. Ainda que sua instalação esteja amparada no Regimento Interno da Câmara, sua constituição não reflete o conjunto das forças políticas envolvidas com as questões ligadas aos povos originários.

Desde a década de 1970, o território Yanomami vem tendo investidas sistemáticas do garimpo ilegal. Durante a década de 1980, chegou a um número superior a 40.000 garimpeiros – cinco vezes mais do que a população indígena no território. Crescimento mitigado com as ações de fortalecimento da FUNAI, do Ministério do Meio Ambiente e das políticas indigenistas dos governos Lula e Dilma.

Após a destituição da Presidenta Dilma, a destruição da vida no território Yanomami alcançou números alarmantes, um crescimento de 3.350% em áreas de garimpo, do número de garimpeiros e de contrabando de minério, somado a uma maior inserção e domínio do crime organizado.



As principais causas das mortes Yanomami têm sido a malária, desnutrição e doenças infecciosas, além de casos de estupro, feminicídio e de violência às famílias. O garimpo é apontado como o motivador da desassistência e agravamento da situação da saúde dos indígenas.

Ao assumir seu terceiro mandato, o Presidente Lula de imediato autorizou o Ministério da Saúde (MS) a publicar a Portaria que instituiu a Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em 20 de janeiro.

Anteriormente, uma proposta nesse sentido foi apresentada ao governo Bolsonaro que a ignorou, “se tivesse feito isso [decreto de Emergência Sanitária] antes, nós teríamos perdido mais de 500 crianças Yanomami no território (...). O que o governo Bolsonaro fez pra nós é a morte”, denuncia Eliseu Xirixana, vice-presidente da Texoli Associação Ninam estado de Roraima (TANER).

Mesmo sendo esses fatos de domínio público, veiculados pela mídia regional, nacional e internacional, ainda assim, a referida Comissão Externa inicia seus trabalhos como se a situação dos Yanomami tenha ocorrido a partir da posse do Presidente Lula.

Nesse sentido, apresentamos considerações a respeito da Comissão Externa:

- 1) Consulta Prévia, Livre e Informada – A Comissão não respeita os preceitos fundamentais de consulta prévia, livre e informada, conforme previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- 2) Composição da Comissão - Dos 16 deputados da Comissão, apenas uma parlamentar indígena (Célia Xakriabá - PSOL/MG). Ademais, a maior parte dos membros é da Bancada Ruralista, sabidamente, contrários aos direitos dos povos indígenas;
- 3) Interesse político – Pelos requerimentos até então apresentados, fica evidente a instrumentalização da dor Yanomami para o ataque ao governo atual e desviar responsabilidade do governo anterior;



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL JOÃO DANIEL PT/SE

- 4) Legitimidade da Comissão - Os povos Yanomami já se manifestaram publicamente contra essa Comissão Externa, por entenderem que existem outras instâncias da Câmara com atribuição de discutir temas indígenas, como as Comissões de Direitos Humanos, de Meio Ambiente e a Comissão da Amazônia e dos Povos Originários e Tradicionais.

Por fim, entendemos que deveria ter sido feita uma Consulta Prévia, com participação das organizações interessadas, de maneira efetiva e representativa nas decisões que afetam os Yanomami.

Atenciosamente,

João Daniel

Deputado Federal – PT/SE

Coordenador do Núcleo Agrário da Bancada do PT na Câmara